Ferrovia Centro Atlântica S.A.

Informações Contábeis Intermediárias Referentes ao Período de Três Meses Findo em 31 de Março de 2020 e Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Índice

Relatorio do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	ت
Balanço patrimonial	4
Demostração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	
Demonstração do valor adicionado	
1 - Contexto operacional	10
2 – Base de preparação e principais políticas contábeis	12
3 - Caixa e equivalentes de caixa	13
4 - Contas a receber	13
5 - Partes relacionadas	14
5 - Estoques	17
7 - Tributos a recuperar	17
8 - Despesas pagas antecipadamente, sinistros a recuperar e demais ativos	18
9 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais	19
10 – Imobilizado	22
11 – Intangível	25
12 - Fornecedores e contas a pagar	27
13 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro	27
14 - Obrigações sociais e trabalhistas	27
15 - Arrendamentos e concessão	28
16 - Antecipações de clientes, receitas diferidas e demais passivos	31
17 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	31
18 - Patrimônio líquido	32
19 - Receita líquida de serviços prestados	32
20 - Custo dos serviços prestados	33
21 - Receitas (despesas) operacionais	33
22 - Resultado financeiro	34
23 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	35
24 - Informação por segmento de negócios	37
25 - Benefícios a empregados	38
26 - Instrumentos financeiros	41
27 — Impactos COVID-19	
28 – Eventos subsequentes	
MINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES	51



Deloitte Touche Tohmatsu Rua Antônio de Albuquerque, 330 -12º andar 30112-010 - Belo Horizonte - MG

Tel.: + 55 (31) 3269-7400 Fax: + 55 (31) 3269-7470 www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da Ferrovia Centro Atlântica S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferrovia Centro Atlântica S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500@, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Deloitte.

Ênfases

Saldos e transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 5 às informações contábeis intermediárias, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial da receita bruta de serviços prestados no período de três meses findo em 31 de março de 2020 e do saldo de contas a receber em 31 de março de 2020 da Companhia advém de transações com partes relacionadas, de forma que essas informações contábeis intermediárias devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

COVID-19

Sem ressalvar a nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 27 às informações contábeis intermediárias, na qual a Companhia descreve os potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações e as ações tomadas até o momento.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma brasileira NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 29 de junho de 2020

DELOITE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

Marcelo Salvador

Contador

CRC nº 1 MG 089422/0-0

Balanço patrimonial Períodos findos em 31 de março Em milhares de reais

	Notas	31/03/2020	31/12/2019
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	70.421	111.905
Contas a receber	4	227.160	193.546
Derivativos	26.2	-	69
Estoques	6	227.379	215.546
Tributos a recuperar	7	145.433	133.836
Despesas pagas antecipadamente	8	5.111	1.115
Sinistros a recuperar	8	1.652	1.649
Demais ativos	8	20.050	20.026
Total do ativo circulante		697.206	677.692
Não circulante			
Contas a receber	4	245.578	256.387
Tributos a recuperar	7	175.479	169.705
Contas a receber da RFFSA (União)	9(a)	103.016	101.089
Sinistros a recuperar	8	72	72
Demais ativos	8	2.185	2.186
Depósitos judiciais	9	88.540	90.273
Tributos diferidos sobre o lucro	23(a)	307.420	254.327
Imobilizado	10	1.653.541	1.557.051
Intangível	11	5.603.267	5.769.615
Total do ativo não circulante		8.179.098	8.200.705
Total do ativo		8.876.304	8.878.397
Passivo e patrimônio liquido			
Circulante			
Fornecedores	12	294.353	320.391
Contas a pagar	12	10.360	12.800
Tributos a recolher	13	14.526	10.847
Obrigações sociais e trabalhistas	14	77.311	114.169
Arrendamentos e concessão	15	644.988	613.710
Antecipações de clientes	16	38.208	38.921
Receitas diferidas	16	181.043	2.048
Total do passivo circulante		1.260.789	1.112.886
Não circulante			
Provisão para processos judiciais	9	94.847	66.389
Benefícios a empregados	25	1.728	1.586
Receitas diferidas	16	21.268	21.775
Arrendamentos e concessão	15	2.451.405	2.613.000
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	5 e 17	310.000	230.000
Total do passivo não circulante		2.879.248	2.932.750
Patrimônio líquido	18		
Capital social		4.663.150	4.663.150
Reservas de capital		169.611	169.611
Prejuízos acumulados	,	(96.494)	<u> </u>
Total do patrimônio líquido		4.736.267	4.832.761
Total do passivo e patrimônio líquido		8.876.304	8.878.397

Demonstração do resultado Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais

	Notas	31/03/2020	31/03/2019
Receita líquida de serviços prestados	19	535.576	521.973
Custo dos serviços prestados	20	(565.158)	(550.666)
Prejuízo bruto	-	(29.582)	(28.693)
Receitas (despesas) operacionais	_	(56.218)	(47.550)
Gerais e administrativas	21(a)	(20.560)	(25.107)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21(b)	(35.481)	(22.374)
(Ganhos) perdas líquidas sobre ativos financeiros e de contratos	_	(177)	(69)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	_	(85.800)	(76.243)
Resultado financeiro	22	(63.787)	(41.927)
Despesas financeiras	_	(66.480)	(47.316)
Receitas financeiras		1.667	2.383
Ganhos com variação monetária e cambial	_	1.026	3.006
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	_	(149.587)	(118.170)
Imposto de renda e contribuição social	23(b)	53.093	39.938
Tributos diferidos	. , _	53.093	39.938
Prejuízo líquido do período	=	(96.494)	(78.232)
Prejuízo líquido do período básico e diluído por ação - R\$	18(c)	(0,86)	(0,70)

Demonstração do resultado abrangente Períodos findos em 31 de março Em milhares de reais

	31/03/2020	31/03/2019
Lucro (prejuízo) líquido do período	(96.494)	(78.232)
Total do resultado abrangente do período	(96.494)	(78.232)

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2019	4.638.837	-	(257.423)	4.381.414
Resultado abrangente do período Prejuízo líquido do período			(78.232)	(78.232)
Total do resultado abrangente do período			(78.232)	(78.232)
Em 31 de março 2019	4.638.837		(335.655)	4.303.182
Em 1º de janeiro de 2020	4.663.150	169.611	-	4.832.761
Resultado abrangente do período Prejuízo líquido do período	-		(96.494)	(96.494)
Total do resultado abrangente do período			(96.494)	(96.494)
Em 31 de março de 2020	4.663.150	169.611	(96.494)	4.736.267

Demonstração dos fluxos de caixa Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais

	Notas	31/03/2020	31/03/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do período		(96.494)	(78.232)
Ajustes de			
Depreciação e amortização	10, 11, 20 e 21	230.499	211.437
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais, líquidas	-, , -	28.540	5.135
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	22	(1.026)	(3.006)
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	21(b)	`1.681	(1.015)
Receitas diferidas	()	(512)	(512)
Encargos de fianças bancárias	22	` 87	-
Ajuste a valor presente	22	-	154
Despesas com benefícios a empregados		141	12
Tributos diferidos sobre o lucro	23(b)	(53.093)	(39.938)
Despesas financeiras – arrendamentos	15 e 22	49.398	45.852
Marcação a mercado de derivativos	22	<u> </u>	(495)
		159.221	139.392
Variações nos ativos e passivos		(00.007)	0.400
Contas a receber		(22.887)	6.199
Derivativos		69	(22,000)
Estoques		(11.833)	(32.668)
Tributos a recuperar		4.377	(4.736)
Despesas pagas antecipadamente		(3.996)	(6.353)
Depósitos judiciais		1.733 10	(1.208)
Demais ativos			3.055
Fornecedores		(27.081)	14.665 (58.955)
Contas a pagar Tributos a recolher		(2.440) 3.679	(36.933)
		(36.858)	(11.273)
Obrigações sociais e trabalhistas Contas a receber da RFFSA (União)		(30.030)	(962)
Receitas diferidas		178.996	166.802
Antecipações de clientes		(713)	(1.113)
Demais passivos		(713)	(459)
Caixa líquido gerado pelas operações		242.279	215.212
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u> </u>	(25.046)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		242.279	190.166
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	21(b)	1.066	1.104
Aquisição de imobilizado e intangível	2(d), 10 e 11	(124.620)	(120.700)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(123.554)	(119.596)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	80.000	90.000
Pagamentos de obrigações de arrendamento	15	(240.209)	(137.106)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(160.209)	(47.106)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(41.484)	23.464
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	111.905	30.643
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	70.421	54.107
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermed	diárias.		

Demonstração do valor adicionado Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais

	31/03/2020	31/03/2019
Receitas		
Vendas brutas de serviços	598.109	584.982
Outras receitas	13.360	11.729
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão / constituição	(82)	317
	611.387	597.028
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(132.937)	(179.102)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(187.571)	(172.136)
Provisão para processos judiciais, líquida de reversões	(13.956)	(5.452)
Outros	(5.601)	(1.595)
	(340.065)	(358.285)
Valor adicionado bruto	271.322	238.743
Depreciação e amortização	(230.499)	(211.437)
Valor adicionado líquido produzido	40.823	27.306
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações cambiais	3.269	5.798
	3.269	5.798
Valor adicionado total a distribuir	44.092	33.104
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	105.997	101.969
Impostos, taxas e contribuições	(32.206)	(38.102)
Remuneração de capitais de terceiros	66.795	47.469
Remuneração de capital próprio	(96.494)	(78.232)
Valor adicionado distribuído	44.092	33.104

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 - Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada "FCA", "Companhia" ou "Ferrovia Centro-Atlântica") é uma sociedade por ações com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

A Companhia detém a concessão de serviços de transporte ferroviário de cargas, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Concessão	Área de abrangência	Término da Concessão
Malha Centro Leste	Trechos nos estados de: Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e	Agosto de 2026
Malha Paulista	São Paulo, além do Distrito Federal Trecho entre Araguaí - MG e Boa Vista – SP	

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante "RFFSA"), até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, a critério exclusivo da concedente, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos, a critério exclusivo do poder concedente.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. atua na prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, atuando nos estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.220 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada "ANTT") autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferroban (doravante denominada "Ferroban"), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito acima, passando o mesmo a compor os ativos de concessão da Malha Centro Leste. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a VLI Multimodal S.A. ("VLI Multi") (Ex-Mineração Tacumã Ltda. - controlada indireta da VLI S.A. ("VLI") - como a única controladora da FCA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolveria um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. Em maio de 2016, através da Resolução Nº 5.101, a ANTT revogou a devolução dos trechos economicamente viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente foram revogados, devido as mudanças ocorridas nos programas de governo, permanecendo sob a responsabilidade da FCA. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes:

I – Trechos antieconômicos:	II– Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagípolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação nº 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A. no trecho Centro-Leste. A Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

As principais diretrizes apresentadas foram:

- O valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, deverá corresponder ao valor da indenização atualizado, considerando incialmente a data base de março de 2012.
- Cada obra será registrada em conta contábil específica, respeitado o Plano de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Ferroviária Federal, de forma que permita o controle e fiscalização por parte da Agência.
- O registro da baixa contábil do bem será pelo valor efetivamente incorrido pela FCA para a execução da obra, e se dará mediante a quitação da obra, que ocorre com a conclusão, recebimento pela ANTT e transferência de propriedade.
- Para o controle do saldo da indenização deverá ser observado o valor autorizado para a execução da obra que será atualizado pela variação do IPCA a partir da data-base informada no Ato Autorizativo, até o final do prazo definido para a Quitação da Obra.
- A Concessionária deverá divulgar em notas explicativas às Demonstrações Financeiras, demonstrativo atualizado contendo o saldo da indenização, de modo que fiquem evidenciados as seguintes informações: valor inicial da indenização a preços de março de 2012, valor da atualização, valor dos bens dados em pagamento no período e saldo devedor atualizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em novembro de 2019, a FCA concluiu acordo com a ANTT, União e Ministério Público, de se substituir a realização dos investimentos relacionados à Resolução 4.131, pela quitação pecuniária em 60 parcelas a se iniciarem em janeiro de 2020, do montante atualizado até a data base de junho de 2019, de R\$ 1.203.860. Este valor já se apresentou líquido pela homologação de obras realizadas pela FCA e no montante de R\$ 111.638 (Nota 15).

Consórcio Railnet ("Railnet")

Em 19 de julho de 1999 foi celebrado um contrato, entre a FCA, ALL – America Latina Logística Malha Paulista S.A. (anteriormente Ferroban – Ferrovias Bandeirantes S.A., Ferrovia Sul-Atlântico S.A. e Ferrovia Novoeste S.A.), Ferronorte Participações S.A., Vale S.A. (anteriormente Companhia Vale do Rio Doce) e Companhia Transnordestina Logística S.A. (anteriormente Ferroviária do Nordeste), que teve por objeto a constituição de um Consórcio para se realizar empreendimento específico visando autorizar uma companhia do ramo de telefonia a adquirir um direito de construir dutos para passagens de fibras óticas no percurso de São Paulo à Recife, incluindo algumas regiões de Minas Gerais.

A operação da Railnet atualmente encontra-se em estado dormente.

2 - Base de preparação e principais políticas contábeis

(a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1), "Demonstrações Intermediárias" e com a norma internacional IAS 34 — Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* — IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e devem ser lidas em conjunto. As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas não foram repetidas integralmente nestas demonstrações financeiras intermediárias. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de junho de 2020.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

As normas e interpretações emitidas pelo IASB relevantes para a Companhia que ainda não estão em vigor são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(d) Fluxo de caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

As transações que não afetara caixa no exercício findo em 31 de março de 2020 está representada pela:

correções monetárias no direito de uso no imobilizado, intangível e obrigações de arrendamento e que derivam do IFRS 16 no montante de R\$ 8.148, R\$ 48.606 e R\$ 56.754, respectivamente (Notas 10, 11 e 15).

As transações que não afetaram o caixa no período findo em 31 de março de 2019 refere-se a atualização monetária dos direitos de uso registrados em linha com o IFRS 16 no imobilizado e no intangível e que montam a R\$ 32.209. Os saldos advindos da implementação do IFRS 16 foram expurgados das demonstrações de fluxo de caixa do período findo em 31 de março de 2019.

3 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	2.784	1.833
Aplicações financeiras (a)	67.637	110.072
	70.421	111.905

(a) Aplicações em operações compromissadas e em certificados de depósitos bancários de curto prazo indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com remuneração média de 100,53% (2019 – 99,01%) e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com insignificante risco de mudança de valor.

4 - Contas a receber

	31/03/2020	31/12/2019
Circulante		
Contas a receber de terceiros	116.106	84.213
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 5)	125.104	123.301
Menos: Perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	(14.050)	(13.968)
Contas a receber de clientes, líquidas	227.160	193.546
Não circulante		
Contas a receber de terceiros	346	11.156
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 5)	245.232	245.231
	245.578	256.387
	472.738	449.933

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
A vencer	403.288	409.434
Vencidos até 3 meses	32.984	1.724
Vencidos de 3 a 6 meses	8	1.086
Vencidos acima 6 meses	50.508	51.657
Contas a receber de clientes	486.788	463.901

5 - Partes relacionadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balanço patrimonial	31/03/2020	31/12/2019
Ativo circulante		
Contas a receber (i) (Nota 4)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	52.961	30.486
Coligadas	57.924	78.872
Outras	14.219	1.528
	125.104	110.886
Ativo não circulante		
Contas a receber (Nota 4)		
Coligadas (iv)	245.232	242.545
Outras (i)		2.686
	245.232	245.231
Passivo circulante		
Fornecedores (ii) (Nota 12)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	11.930	18.731
Coligadas	6.227	4.412
Outras	2.834	2.123
	20.991	25.266
Obrigações por arrendamento (v) (Nota 15)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	57.898	56.461
Coligada	73.181	76.985
	131.079	133.446

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2020	31/12/2019
Passivo não circulante		
Obrigações por arrendamento (v) (Nota 15)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	68.445	83.921
Coligada	180.449	193.918
	248.894	277.839
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii) (Nota 17)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	310.000	230.000
	310.000	230.000

As análises de vencimentos do contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	31/03/2020	31/12/2019
A vencer	344.617	471.035
Vencidos até 3 meses	1.908	1.908
Vencidos de 3 a 6 meses	427	427
Vencidos acima 6 meses	22.797	22.797
	369.749	496.167

- (i) As contas a receber com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado.
- (ii) As obrigações com empresas ligadas no circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado e compartilhamento de gastos.
- (iii) Os adiantamentos para futuro aumento de capital, são recursos recebidos pela FCA de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A. (Nota 17).
- (iv) REFIS Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12.865/13 de 9 de outubro de 2013 § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA possuía registrado R\$ 484 milhões a título de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais de imposto de renda e de base negativa da contribuição social. A Vale S.A. ("Vale"), a época detentora indireta do controle via participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, se beneficiar do benefício supracitado e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013 a Vale e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais com validade de 25 anos, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto de 7,8%. A Vale pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faça jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos. Ao final dos 25 anos, quaisquer saldos remanescentes serão pagos integralmente à FCA pela Vale.

Em função da apuração de lucros tributários nos exercícios de 2015, 2017 e 2018, e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou respectivamente em abril de 2016, dezembro de 2017 e dezembro de 2018, os montantes de R\$ 3 milhões, R\$ 17 milhões e R\$ 6,2 milhões.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No período findo em 31 de março de 2020 não houveram recebimentos e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Vale pagou o montante de R\$ 11.225, restando montante a receber de R\$ 242.545.

(v) Referem-se às obrigações de arrendamento de locomotivas e terminais perante a VLI Multimodal S.A., vagões e locomotivas perante a Mitsui Rail Capital ("MRC").

Demonstração do resultado	31/03/2020	31/03/2019
Receitas Receita bruta de serviços prestados (vi)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	214.333	211.171
Coligadas	76.055	66.128
Outras	3.317	2.513
	293.705	279.812
Receita de aluguel de vagões e locomotivas (vi)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	27.757	25.865
	27.757	25.865
Outras receitas (despesas) operacionais (viii)	_	
Outras	363	968
	363	968
Custos e despesas		
Custo de partilha de fretes (tráfego mútuo) (vii)	(00.700)	(00.004)
Coligadas	(23.798)	(28.001)
	(23.798)	(28.001)
Custo com direito de passagem (vii) Outras	(12.358)	(9.627)
Outras	(12.330)	(9.021)
	(12.358)	(9.627)
Custo dos serviços		
Coligadas Outras	(23) (528)	(21) (537)
Guido	(020)	
	(550)	(558)
Previdência complementar Outras	(978)	(865)
Outras	(970)	(003)
	(978)	(865)
Receitas (despesas) financeiras (v)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	22	75
Coligadas	23	75_
	23	75_

(vi) As receitas com partes relacionadas representam a prestação de serviços de fretes, venda de direitos de opção de capacidade, aluguel de locomotivas e venda de outros materiais.

A venda de direitos de capacidade excedente celebrada pela Ferrovia Centro Atlântica S.A. à VLI Multimodal S.A. ("VMM") sustenta-se na qualidade da VMM como operador de transporte multimodal (OTM).

A venda tem montante de R\$ 111.187 anuais, calculados com base na remuneração dos ativos da FCA, proporcionais aos volumes transportados no corredor centro-leste. Sua remuneração é apurada até o dia 15 de janeiro de cada ano e será reajustada anualmente pelo índice geral de preços médios (IGP-M). A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a FCA e a União Federal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (vii) Os custos com direito de passagem e partilha de frete, representam os valores gastos com a utilização da malha ferroviária de outra concessionária.
- (viii) Saldos referem-se substancialmente a despesas com compartilhamento de gastos, representando os gastos com serviços prestados envolvendo os processos transacionais de suprimentos, financeiro, recursos humanos, TI, jurídico e outros.

	31/03/2020	31/03/2019
Despesas com compartilhamento de gastos		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(17.400)	(17.790)
Coligadas	(6.667)	(5.507)
	(24.067)	(23.297)

5.1 - Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela VLI S.A. (Controlador final da Companhia), sem o respectivo reembolso.

6 - Estoques

	31/03/2020	31/12/2019
Estoques para manutenção de equipamentos e instalações	164.338	154.360
Combustíveis, lubrificantes e gases	8.402	4.104
Materiais de expediente e outros	18.644	16.843
Materiais elétricos e eletrônicos	3.881	3.827
Outros materiais	32.114	36.412
	227.379	215.546

7 - Tributos a recuperar

	31/03/2020	31/12/2019
Circulante		
ICMS a recuperar	37.535	38.309
PIS e COFINS a compensar (i)	95.195	82.694
Imposto de renda retido na fonte	326	-
Tributos a recuperar	12.377	12.833
	145.433	133.836
Não circulante		
ICMS a recuperar	45.438	43.138
PIS e COFINS a compensar (i)	118.564	115.112
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9.135	9.113
INSS	2.261	2.261
Outros	81	81
	175.479	169.705
	320.912	303.541

(i) Contempla R\$ 114.659 de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2014 e reconhecidos no exercício findo de 31 de dezembro de 2019 e referentes aos processos 2007.38.00.006470-7. Em julho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado de decisão favorável à FCA, proferida no Mandado de Segurança n.º 2007.38.00.006470-7, por esta impetrado com o objetivo de excluir do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. A referida decisão retroagirá

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ao ano de 2002 a 2014 e permitirá a compensação como créditos extemporâneos. Por sua vez, o processo 0064670-06.2015.401.3800 ainda permanece pendente de julgamento.

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida com base nas estimativas de realização para os próximos 12 (doze) meses das operações da Companhia.

8 - Despesas pagas antecipadamente, sinistros a recuperar e demais ativos

	31/03/2020	31/12/2019
Circulante		
Despesas pagas antecipadamente Prêmios de seguros pagos antecipadamente (c)	5.111	913
Despesas com licença de uso de softwares Outras		202
	5.111	1.115
Sinistros a recuperar (b)	1.652	1.649
	1.652	1.649
Demais ativos Adiantamento a empregados	10.013	10.579
Adiantamento a fornecedores (b) Outras	9.404 633	8.672 775
Cultuo		770
	20.050	20.026
	26.813	22.790
Não circulante Sinistros a recuperar (a)	72	72_
	72	72
Demais ativos		<u> </u>
Adiantamento a empregados Adiantamento a fornecedores (b)	2.185	2.186
	2.185	2.186
	29.070	25.048

- (a) Os gastos relevantes com sinistros, ocorridos na malha ferroviária foram classificados no ativo não circulante, uma vez que o reembolso ainda está em trâmite com as seguradoras.
- (b) Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de insumos e materiais de reposição para máquinas, equipamentos e manutenção de vias férreas.
- (c) A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices de seguro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

		31/03/2020		31/12/2019
	Depósitos judiciais	Provisões para processos Judiciais	Depósitos judiciais	Provisões para processos Judiciais
Trabalhistas (a)	66.030	89.423	67.727	61.601
Cíveis	6.640	4.924	6.789	4.269
Tributárias	5.508	501	5.474	498
Previdenciária	3.489	-	3.471	-
Ambientais	-	-	-	21
Outros	6.873		6.812	
	88.540	94.848	90.273	66.389

Movimentação dos depósitos judiciais:

	31/12/2019	Adições	Baixas	Juros e atualização monetária	31/03/2020
Trabalhistas (a)	67.727	3.715	(6.235)	823	66.030
Cíveis	6.789	314	(522)	59	6.640
Tributárias	5.474	17	(1)	18	5.508
Previdenciária	3.471	-	(1)	19	3.489
Outros	6.812	7		54	6.873
	90.273	4.053	(6.759)	973	88.540

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Juros e atualização monetária	31/03/2020
Trabalhistas						
(a)	61.601	21.304	(6.487)	576	12.429	89.423
Cíveis	4.269	644	(3)	(888)	902	4.924
Tributárias	498	3	-	-	-	501
Ambiental	21_		(21)			
	66.389	21.951	(6.511)	(312)	13.331	94.848

(a) A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de março de 2020, os processos judiciais trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 89.423 (2019 - R\$ 61.601). Esses montantes não incluem os processos judiciais de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas, que diz: "As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

Em 31 de março de 2020 a Companhia possui ativo registrado no montante de R\$ 103.016 (2019 - R\$ 101.089), que deverão ser reembolsados pela União (extinta RFFSA).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As naturezas dos principais processos provisionados são as mesmas das divulgadas no item, a seguir, passivos contingentes.

9.1 - Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 2.321.913 (2019 - R\$ 2.361.755), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União (extinta RFFSA).

As composições dos passivos contingentes por natureza podem ser assim apresentadas:

	31/03/2020	31/12/2019
Trabalhistas (a)	904.340	1.002.399
Cíveis (b)	620.382	610.807
Tributárias (c)	717.429	712.505
Ambientais (d)	59.177	14.481
Previdenciários (e)	20.585	21.563
	2.321.913	2.361.755

- (a) Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- (b) Cíveis: trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária sob concessão, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há ainda demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais, além de ações anulatórias.
- (c) Tributárias: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo e direito de passagem, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- (d) Ambientais: tratam-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras, de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.
- (e) Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, diárias operacionais, PLR e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 – Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos (b)	Locomotivas e vagões (b)	Via permanente	lmobilizado em andamento (a)	Outros ativos	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	14.476	167.937	984.073	98.567	243.559	4.082	1.512.694
Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	216.773	476.066	-	-	-	692.839
Correções monetárias IFRS 16	-	4.660	4.295	-	-	-	8.955
Adições IFRS 16	-	-	197.613	-	-	-	197.613
Adições	-	-	-	-	100.460	-	100.460
Baixas	-	-	(26.492)	-	(1.653)	-	(28.145)
Transferências	(445)	53.274	6.189	4.697	(220.994)	1.545	(155.734)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.031	442.644	1.641.744	103.264	121.372	5.627	2.328.682
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(2.565)	(71.844)	(490.646)	(17.937)	-	(314)	(583.306)
Adições IFRS 16	-	(48.781)	(86.011)	-	-	-	(134.792)
Adições	(602)	(18.045)	(41.124)	(13.519)	-	(200)	(73.490)
Baixas	-	-	20.729	-	-	-	20.729
Transferências		(8)	(222)			(542)	(772)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3. 167)	(138.678)	(597.274)	(31.456)		(1.056)	(771.631)
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2020	14.031	442.644	1.641.744	103.264	121.372	5.627	2.328.682
Correções monetárias IFRS 16	-	7.345	803	-	-	-	8.148
Adições	-	-	-	-	105.561	-	105.561
Baixas	(2.095)	(119)	(3.332)	(200)	-	-	(5.746)
Transferências		65.258		68.734	(92.295)	<u> </u>	41.697
Saldo em 31 de março de 2020	11.936	515.128	1.639.215	171.798	134.638	5.627	2.478.342

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos (b)	Locomotivas e vagões (b)	Via permanente	Imobilizado em andamento (a)	Outros ativos	Total
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(3.167)	(138.678)	(597.274)	(31.456)	-	(1.056)	(771.631)
Adições IFRS 16	-	(9.865)	(26.978)	-	-	-	(36.843)
Adições	(141)	(5.635)	(10.137)	(3.420)	-	(50)	(19.383)
Baixas	1.007	60	1.789	200	-	-	3.056
Transferências							
Saldo em 31 de março de 2020	(2.301)	(154.118)	(632.600)	(34.676)	<u>-</u>	(1.106)	(824.801)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2020	10.864	303.966	1.044.470	71.808	121.372	4.571	1.557.051
Saldo contábil, líquido em 31 de março de 2020	9.635	361.010	1.006.615	137.122	134.638	4.521	1.653.541

A Companhia concedeu locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 3.482 (2019 – R\$ 3.918).

- (a) O imobilizado em andamento está substancialmente representado por gastos relacionados à construção de oficinas e pátios, investimentos de via permanente, aquisição, recuperação, modernização de vagões.
- (b) Em 31 de dezembro de 2019, os direitos de uso de arrendamento registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e referentes a locomotivas, vagões e terminais montam respectivamente a R\$ 379.669, R\$ 190.671 e R\$ 165.582.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Redução do valor recuperável de ativos (impairment)

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da FCA identificou a existência de indicativos de não recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis, considerando principalmente os prejuízos dos últimos exercícios e o prazo de vencimento do contrato de concessão em agosto de 2026.

A FCA possui uma unidade geradora de caixa composta pelos ativos imobilizados e intangíveis da malha ferroviária Paulista e a malha ferroviária Centro Leste, os quais integram um único contrato de concessão, são similares em natureza, uso e dependentes entre si. A renovação da concessão está sujeita a aprovação à exclusivo critério do poder concedente, conforme previsto no contrato de concessão.

A Administração da FCA determinou o valor recuperável da unidade geradora de caixa com base no valor em uso, utilizando as projeções de fluxo de caixa com base em orçamento financeiro aprovado pela Administração de janeiro de 2020 a agosto de 2026. As principais premissas utilizadas pela Administração para determinação do valor em uso em 31 de dezembro de 2019 foram:

- prazo de projeção limitado à agosto de 2026;
- a definição da unidade geradora de caixa;
- as projeções de volumes e preços junto aos seus clientes que operam substancialmente nos mercados agrícolas, siderúrgicos, mineração e outros, receitas acessórias, custos variáveis, gastos com manutenção e investimentos, indenização dos ativos reversíveis conforme previsto no respectivo contrato de concessão e taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada como premissa para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa foi de 7,75 % (10,79% em 2018). A taxa de desconto foi estimada pelo custo médio ponderado de capital.

Para o período findo em 31 de março de 2020, a Administração revisou as premissas do cálculo utilizadas no contexto da divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, especialmente no que concernem a taxa de desconto e sensibilidade quanto a geração de caixas futuros e concluiu quanto a não existência de alterações a serem aplicadas aos modelos.

Em 31 de março de 2020, o valor em uso da unidade geradora de caixa supera o valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis em 1%, não indicando perda por desvalorização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 - Intangível

	Direitos de concessão (a)	Direitos de uso (b)	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados (c)	Intangível em andamento (d)	Total
Valor de custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2019	43.168	-	21.887	4.624.978	559.001	5.249.034
Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	2.619.890	-	-	-	2.619.890
Correções monetárias IFRS 16	-	72.222	-	-	-	72.222
Adições IFRS 16	-	15.900	-	-	-	15.900
Adições	-	-	-	-	447.003	447.003
Baixas	-	-	-	(22.930)	-	(22.930)
Transferências	-	-	(1)	678.104	(453.464)	224.639
Transferências Resolução 4.131/13	<u> </u>	<u> </u>			(111.638)	(111.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.168	2.708.012	21.886	5.280.152	440.902	8.494.120
Valor de amortização						
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(27.330)	-	(14.958)	(1.978.890)	-	(2.021.178)
Adições IFRS 16	·	(340.842)	` -	·	=	(340.842)
Adições	(2.066)	· -	(2.706)	(309.583)	-	(314.355)
Baixas	· · · · · -	-	· · · · · -	19.855	-	19.855
Transferências		<u> </u>	-	(67.985)		(67.985)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(29.396)	(340.842)	(17.664)	(2.336.603)	<u>-</u>	(2.724.505)
Valor de custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2020	43.168	2.708.012	21.886	5.280.152	440.902	8.494.120
Correções monetárias IFRS 16	-	48.606	-	-	-	48.606
Adições	=	-	-	-	19.059	19.059
Baixas	=	-	-	(140)	=	(140)
Transferências	<u> </u>	<u> </u>	3	51.619	(93.319)	(41.697)
Saldo em 31 de março de 2020	43.168	2.756.618	21.889	5.331.631	366.642	8.519.948

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Direitos de concessão (a)	Direitos de uso (b)	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados (c)	Intangível em andamento (d)	Total
Valor de amortização						
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(29.396)	(340.842)	(17.664)	(2.336.603)	=	(2.724.505)
Adições IFRS 16	-	(89.446)	-	=	-	(89.446)
Adições	(516)	-	(620)	(101.678)	-	(102.814)
Baixas	<u> </u>	<u> </u>		84	<u> </u>	84
Saldo em 31 de março de 2020	(29.912)	(430.288)	(18.284)	(2.438.197)	<u> </u>	(2.916.681)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2020	13.772	2.367.170	4.222	2.943.549	440.902	5.769.615
Saldo contábil, líquido em 31 de março de 2020	13.256	2.326.330	3.605	2.893.434	366.642	5.603.267

- (a) Refere-se ao registro do direito de concessão pago para operar o trecho denominado Malha Paulista.
- (b) Em 31 de março de 2020, os direitos de uso de concessão registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 referem-se aos contratos com a FERROBAN e RFFSA e aos direitos atrelados aos compromissos referentes a Resolução 4.131/13 e aditivados ao contrato de concessão, que montam respectivamente a R\$ 1.156.296 e R\$ 1.170.034 e cuja amortização se dará até o final da concessão, que se dará em agosto de 2026.
- (c) As benfeitorias em bens arrendados estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483. O prazo de amortização dos direitos de uso e benfeitorias em bens arrendados acompanha a melhor estimativa de vida útil dos ativos.
- (d) O intangível em andamento é originado dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital em ativos fruto das Concesões sob poder da FCA. Destaca-se a construção de oficinas, pátios e viadutos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 - Fornecedores e contas a pagar

	31/03/2020	31/12/2019
Fornecedores - terceiros (a)	273.362	295.125
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 5)		25.266 320.391
Contag a pager (h)	10.360	12.800
Contas a pagar (b)	10.360	12.800
(a) Vide abertura abaixo:		
	31/03/2020	31/12/2019
Mercado interno	273.020	280.480
Mercado externo	342	14.645
	273.362	295.125

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto as instituições financeiras.

Até 31 de março de 2020 as aquisições totalizavam R\$ 10.360 com prazo médio de pagamento de 90 dias, sendo o último vencimento em 15/06/2020.

Até 31 de março de 2019 as aquisições totalizavam R\$ 13.620 com prazo médio de pagamento de 90 dias, sendo o último vencimento em 12/06/2019.

Nas datas-bases em questão, a Companhia não teve extensão dos seus prazos de pagamento em função dessas transações, sendo o pagamento realizado junto ao próprio fornecedor.

13 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro

	31/03/2020	31/12/2019
Tributos a recolher		
ICMS	1.656	1.241
Imposto de renda retido na fonte	11.580	5.264
PIS e COFINS	446	3.333
ISSQN	580	684
Outros	264	325
	14.526	10.847

14 - Obrigações sociais e trabalhistas

	31/03/2020	31/12/2019
Salários e encargos	26.052	24.843
Provisão para férias e 13º salário	38.861	34.608
Benefícios trabalhistas	8.738	6.923
Participação nos resultados	3.178	47.374
Outros	482	421
	77.311	114.169

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 - Arrendamentos e concessão

	31/12/2018	Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	Pagamentos	Juros apropriados	Atualizações monetárias	Reclassificações	Adições	31/12/2019
FCA - Malha Centro Leste (a)	49.529	1.020.609	(203.890)	107.955	42.344	-	-	1.016.547
FCA - Resolução 4.131/13 (d)	-	1.049.613	-	-	10.502	138.347	15.900	1.214.362
FCA – FERROBAN / Malha Paulista (b)	3.985	285.691	(48.451)	30.537	19.377	-	-	291.139
(-) Créditos de pagamento a maior (c)	(11.513)	-	-	-	-	-	-	(11.513)
Vagões (e)	-	181.520	(67.361)	14.338	2.638	-	18.914	150.049
Locomotivas (e)	-	294.547	(108.667)	33.514	1.657	-	178.699	399.750
Terminais (e)	-	198.673	(51.979)	15.022	4.660	-	-	166.376
	42.001	3.030.653	(480.348)	201.366	81.178	138.347	213.513	3.226.710
Circulante	42.001							613.710
Não circulante	-							2.613.000
		31/12/2019	Pagam	ientos :	Juros apropriados	Atualizaçê monetár		31/03/2020
FCA - Malha Centro Leste (a)		1.016.547	(5	2.412)	28.551		37	992.723
FCA - Resolução 4.131/13 (d)		1.214.362	`	2.687)	-	56.7		1.188.444
FCA – FERROBAN / Malha Paulista (b)		291.139	`	2.824)	4.815	(8.2	00)	274.930
(-) Créditos de pagamento a maior (c)		(11.513)	•	-	-	,	-	(11.513)
Vagões (e)		150.049	(1	6.621)	3.403	3	306	137.637
Locomotivas (e)		399.750	,	2.805)	16.681		-	383.626
Terminais (e)		166.376		2.860)	(312)		342	130.546
		3.226.710	(24	0.209)	53.138	56.7	754	3.096.393
Circulante		613.710						644.988
Não circulante		2.613.000						2.451.405

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 calculado, está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de março de 2020, foram pagas 88 parcelas, sendo a última paga no valor de R\$ 2.621.

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de março de 2020, foram pagas 88 parcelas, sendo a última paga no valor de R\$ 49.791.

Em 31 de março de 2020, os saldos contemplam os ajustes referentes as obrigações de arrendamento trazidas pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(b) Serviços de transporte ferroviário - FERROBAN / Malha Paulista.

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foram estipulados pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari - MG e Boa Vista - SP. Até 31 de março de 2020, foram pagas 78 parcelas, sendo a última paga no valor de R\$ 641.

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União, no montante histórico de R\$ 230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari - MG e Boa Vista - SP. Até 31 de março de 2020, foram pagas 78 parcelas, sendo a última paga no valor de R\$ 12.824.

Em 31 de março de 2020, os saldos contemplam os ajustes referentes as obrigações de arrendamento trazidas pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(c) Créditos de pagamentos a maior

Trata-se de créditos apurados e reconhecidos pela Advocacia Geral da União ("AGU"), em ação movida contra a União Federal (RFFSA) objetivando a revisão do cálculo de correção dos montantes devidos à ré e referentes às parcelas de arrendamento e concessão, ao qual foi proferida sentença em favor da FCA.

(d) Resolução 4.131/13

A Companhia registrou em 1º de janeiro de 2019, no contexto da adoção ao CPC 06 (R2) / IFRS 16, as obrigações relacionadas a Resolução 4.131/13 e regulamentações correlatas no contexto da devolução de trechos considerados antieconômicos. O valor registrado no montante de R\$ 1.179.385, no ativo intangível e passivo, foi determinado em 1º de janeiro de 2019, com base na Resolução 4.131/13, que estabeleceu o montate original acrescido de 15% a título de vantajosidade para o setor público, totalizando na data base de março de 2012, o montante de R\$ 876.021, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA, e considerou, em 1º de janeiro de 2019, o valor das obras concluídas até aquela data, mas ainda não homologadas pela ANTT.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em novembro de 2019, a FCA concluiu acordo com a ANTT, União e Ministério Público, de se substituir a realização dos investimentos relacionados à Resolução 4.131, pela quitação pecuniária em 60 parcelas a se iniciarem em janeiro de 2020, do montante atualizado até a data base de junho de 2019, de R\$ 1.315.498, líquidos pela homologação de obras realizadas pela FCA e no montante de R\$ 111.638, perfazendo, R\$ 1.203.860. Sobre os valores acordados, se aplicarão correções monetárias pelo IPCA entre a data-base de junho de 2019 e janeiro de 2020 e pela SELIC de fevereiro de 2020 até agosto de 2026.

Em novembro de 2019 e em linha com o IFRS 16, as obrigações de arrendamento e direitos de uso atrelados à Resolução 4.131 foram remensuradas no balanço e a diferença entre os valores desembolsados em obras executadas pela FCA até 1º de janeiro de 2019, porém ainda não homologadas até aquele momento pela ANTT e os valores homologados no acordo firmado em novembro de 2019 (R\$ 138.347), foram reclassificados para o imobilizado.

Para fins de atendimento à Deliberação nº 29 da ANTT de 21 de janeiro de 2016 segue abaixo o quadro demonstrativo com os valores atualizados:

Resolução nº 4.131/13	Malha Centro Leste
Saldo inicial – março de 2012	876.021
Obras homologadas – novembro de 2019	(111.638)
Parcelas pagas até março de 2020	(82.687)
Saldo atualizado – março de 2020	1.188.444
Índice de atualização	IPCA/SELIC
Prazo final para conclusão	ago/26

(e) Outros contratos

Em 31 de dezembro de 2019, refere-se as obrigações por arrendamento de locomotivas, vagões e terminais, que foram registradas em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

15.1 - Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos previstos para pagamento.

	31/03/2020	Direito potencial	Direito potencial
	Valor presente	Fluxo de caixa real	Fluxo de caixa nominal
Contraprestação de arrendamento	287.481	313.579	323.299

15.2 - Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme exigência das normas.

Em atendimento ao Ofício-circular 02/2019 da CVM e dada a realidade atual das taxas de juros no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre as informações registradas em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e os valores que se teriam registrados, fossem consideradas as inflações projetadas.

As variações descriminadas são fruto não somente da inserção nos fluxos de caixa dos efeitos de inflação previstos, bem como os efeitos de desconto dos fluxos de caixa pelas taxas incrementais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Em 31 de março de 2020				
	Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	Variação - %			
Passivo de arrendamento	3.096.392	3.279.185	5,9%			
Direito de uso	3.062.252	3.191.779	4,2%			
Despesas financeiras	(53.137)	(57.893)	9,0%			
Depreciação e amortização	(126.289)	(131.097)	3,8%			

16 - Antecipações de clientes, receitas diferidas e demais passivos

	31/03/2020	31/12/2019
Circulante		
Antecipações de clientes (c)	38.208	38.921
	38.208	38.921
Receitas diferidas		
Passagem de fibra ótica (a)	317	317
Utilização sistema logístico integrado (b)	180.246	1.250
Outras	480	481
	181.043	2.048
	219.251	40.969
Não circulante		
Receitas diferidas		
Passagem de fibra ótica (a)	1.665	1.744
Utilização sistema logístico integrado (b)	18.438	18.750
Outras	1.165	1.281
	21.268_	21.775
	240.519	62.744

- (a) Receita antecipada que deriva do Consócio Railnet (atualmente em estado dormente), referente ao aluguel de espaço subterrâneo na malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação, que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.
- (b) Receitas antecipadas com a utilização dos serviços de transbordos rodoferroviário no terminal de origem até ao terminal de destino, que será amortizada e apropriada mensalmente ao resultado pelo prazo integral do contrato celebrado com o cliente.
- (c) Antecipações de clientes para aquisições de materiais para remodelagem de pera ferroviária.

17 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 4.663.150, representado por 125.445.701 ações ordinárias e 19 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Acionistas	Capital social em R\$	Ações ordinárias	Ações preferênciais	Total de ações ordinárias e preferencias	Participação %
VLI Multimodal S.A.	4.663.149.037,52	125.445.681	19	125.445.700	99,99998%
Outros	535,28	20		20	0,00002%
	4.663.149.572,80	125.445.701	19	125.445.720	100,00000%

(b) Reservas de capital

Em 31 de março de 2020, está representada pela diferença do preço de emissão de ações incorrida em 21 de junho de 2019 e o valor destinado ao capital social, nos termos do artigo 182, §1º, a da Lei 6.404/76.

(c) Prejuízo básico e diluído por ação

O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro por ação.

	31/03/2020
Prejuízo líquido do período (112.303.527 x 3/3)	(96.494) 112.303.527
Prejuízo líquido do período básico e diluído por ação - R\$	(0,86)
	31/03/2019
Prejuízo do período (112.303.527 x 3/3)	(78.232) 112.303.527
Prejuízo do período básico e diluído por ação - R\$	(0,70)

19 - Receita líquida de serviços prestados

	31/03/2020	31/03/2019
Receita bruta		
Receita de transporte ferroviário e serviços acessórios	545.280	533.326
Receita de aluguel de locomotivas	27.757	25.864
Receita de partilha de frete	24.655	25.393
Receita de utilização de pátios	417	399
	598.109	584.982

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2020	31/03/2019
Impostos sobre serviços		_
ICMS	(26.485)	(25.534)
PIS	(6.430)	(6.682)
COFINS	(29.618)	(30.781)
ISSQN		(12)
	(62.533)	(63.009)
Receita líquida dos serviços prestados	535.576	521.973

20 - Custo dos serviços prestados

	31/03/2020	31/03/2019
Pessoal	(116.013)	(112.275)
Material	(21.940)	(24.385)
Combustíveis	(92.441)	(99.584)
Serviços contratados	(30.978)	(36.023)
Partilha de frete	(51.821)	(52.358)
Depreciação e amortização (i)	(228.749)	(209.743)
Tributos e taxas	(1.773)	(3)
Aluguéis	(8.757)	(5.642)
Seguros	(4.380)	(4.340)
Utilities	(4.417)	(4.676)
Viagens	(3.445)	(1.233)
Outros	(444)	(404)
	(565.158)	(550.666)

⁽i) Contempla R\$ 126.289 referentes a depreciação e amortização dos direitos de uso de arrendamento e que foram registrados em linha com CPC 06 (R2) / IFRS 16, líquidos de R\$ 17.987 fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no período e em linha com as instruções emanadas pela CVM (2019 – R\$ 116.178).

21 - Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas gerais e administrativas

	31/03/2020	31/03/2019
Pessoal	(2.207)	(534)
Material	(99)	(11)
Serviços contratados	(331)	(60)
Combustíveis	(2)	-
Compartilhamento de despesas	(16.813)	(23.297)
Depreciação e amortização	(787)	(829)
Tributos e taxas	(286)	(267)
Aluguéis	(12)	(5)
Utilities	(1)	(6)
Viagens	(22)	(59)
Outros		(39)
	(20.560)	(25.107)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/03/2020	31/03/2019
Outras receitas operacionais		
Recuperação de despesas	-	3.149
Venda de materiais	7.656	4.444
Take or Pay (i)	364	732
Receita com venda de ativos	1.066	1.015
Trem turístico	874	966
Exploração da faixa de domínio	2.042	1.795
Aluguéis	161	154
Outros	527	120
	12.690	12.375
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(2.452)	(1.585)
Custo com baixa de ativos	(2.747)	(1.000)
Custo com venda de materiais	(847)	(489)
Outros gastos com pessoal	(287)	(267)
Pesquisa e desenvolvimento	(434)	(1.096)
Multas contratuais	163	-
Take or Pay (i)	(4.804)	(6.518)
Trem turístico	(420)	(1.565)
Trem turístico - depreciação	(963)	(865)
Processos judiciais	(12.982)	(14.165)
Reversão (provisão) para processos judiciais	(13.956)	(5.452)
Indenizações	(1.653)	(1.766)
Outras	<u>(6.789)</u>	` (961)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(48.171)	(34.749)
	(35.481)	(22.374)

⁽i) Conforme cláusulas de penalidades se ocorrer descumprimentos nos quantitativos de volumes, constantes do contrato de transporte ferroviário de cargas, as partes envolvidas estarão sujeitas ao pagamento de bônus e multas compensatórias (*Take or Pay*).

22 - Resultado financeiro

	31/03/2020	31/03/2019
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	1.126	703
Juros, taxa e multas de mora	-	393
Receita financeira – NDF realizada	369	88
Marcação a mercado – NDF	-	495
Reversão de perdas com créditos de liquidação duvidosa	95	386
Outros	77	318
	1.667	2.383

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2020	31/03/2019
Despesas financeiras		_
Despesas com IOF	(4)	(9)
Despesas com seguro garantia	(253)	(487)
Encargos por atraso	(282)	(293)
Despesas com PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(168)	(255)
Despesas com comissão de fiança	(87)	-
Juros, taxas e multas	(282)	(69)
Despesas financeiras – arrendamento (i)	(49.398)	(45.852)
Ajuste a valor presente – contas a pagar	-	(154)
Juros sobre provisão de risco e contingências judiciais	(15.982)	-
Outras	(24)	(197)
	(66.480)	(47.316)
Ganhos com variação monetária e cambial	1.026	3.006
Resultado financeiro	(63.787)	(41.927)

⁽i) Representado pelos efeitos do custo financeiro dos arrendamentos e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 15), líquidos de R\$ 3.740 fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no período e em linha com as instruções emanadas pela CVM.

23 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Composição dos tributos diferidos ativos:

	31/03/2020	31/12/2019
Imposto de renda		
Provisão para devedores duvidosos	3.512	3.492
Provisão para processos judiciais	23.712	16.597
Ajuste a valor presente	29.239	29.217
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	16.977	35.606
Outras	5.665	14.682
Prejuízo fiscal	160.900	101.785
	240.005	201.379

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2020	31/12/2019
Contribuição social		
Provisão para devedores duvidosos	1.264	1.257
Provisão para processos judiciais	8.536	5.975
Ajuste a valor presente	10.526	10.518
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	6.112	12.818
Outras	4.127	7.372
Base negativa	60.307	39.026
Cuáditas ficacio de imposte de vando e contribuição cosial diferidas	90.872	76.966
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	330.877	278.345
Prejuízo fiscal para imposto de renda	643.600	407.141
Base negativa da contribuição social	670.076	433.617

A Companhia possui saldos de impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal (imposto de renda) e base de cálculo negativa (contribuição social). A companhia possui expectativa de rentabilidade futura de forma a substanciar a recuperabilidade deste ativo.

A expectativa de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	31/03/2020	31/12/2019
2020	67.985	56.569
2021	7.441	8.802
2022	21.516	22.878
2023	59.727	61.088
2024	68.930	70.170
2025	83.780	50.035
2026	21.498	8.803
	330.877	278.345

Composição dos tributos diferidos passivos:

	31/03/2020	31/12/2019
Imposto de renda Leasing financeiro Provisões para créditos duvidosos	(13.004) (4.243)	(13.417) (4.243)
	(17.247)	(17.660)
Contribuição social Leasing financeiro Provisões para créditos duvidosos	(4.682) (1.527)	(4.830) (1.528)
	(6.209)	(6.358)
Débitos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(23.456)	(24.018)
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos	307.420	254.327

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa de realização dos débitos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	31/03/2020	31/12/2019
2020	(8.019)	(8.020)
2021	(2.248)	(2.248)
2022	(2.248)	(2.248)
2023	(2.248)	(2.248)
2024	(2.248)	(2.248)
2025	(2.248)	(2.248)
2026	(4.197)	(4.758)
	(23.456)	(24.018)

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

		31/03/2020		31/03/2019
•	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contrbuição social
•	Torrad	- COOIGI	Torida	- COOIGI
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(149.587)	(149.587)	(118.170)	(118.170)
Adições (exclusões) permanentes:				
Despesas não dedutíveis	14	14	30	30
Outras	2.555	2.555	677	677
Adições (exclusões) temporárias:				
(Reversão) constituição da provisão para processos judiciais,				
líquidas	28.460	28.460	5.453	5.453
(Reversão) constituição da provisão de participação nos				
resultados, líquidas	(44.196)	(44.196)	(16.879)	(16.879)
Ajuste a valor presente	- 		154	154
Arrendamento financeiro	1.652	1.652	1.652	1.652
(Reversão) constituição de outras provisões	7.985	7.985	(3.184)	(3.184)
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	(65.234)	(65.234)	(13.804)	(13.804)
Constituição (reversão) provisão de perdas de créditos, líquida	82	82	(317)	(317)
Base de cálculo	(218.269)	(218.269)	(144.388)	(144.388)
(Compensação) constituição de prejuízos fiscais e base negativa	218.269	218.269	144.388	144.388
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.039	14.054	29.366	10.572
Total da (despesa) créditos de impostos das atividades	39.039	14.054	29.366	10.572
Alíquota efetiva total	(27,00%)	(9,40%)	(24,85%)	(8.95%)

24 - Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

 A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

 A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

25 - Benefícios a empregados

25.1- Incentivos de longo prazo

Os programas de incentivo de longo prazo das empresas FNS, FCA, VLI, Ultrafértil e VLI Multimodal S.A. (em conjunto, "Grupo VLI") tem como principal premissa aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou-se em 1º de março de 2020, podendo ser estendido por mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da Companhia neste período. Os programas atualmente em vigor no Grupo VLI são:

Matching: é um programa facultativo que tem como premissa estimular o comprometimento dos executivos com a estratégia da sociedade, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. Em linhas gerais, o programa é baseado na aquisição de "ações virtuais" a partir do investimento do executivo e na contrapartida (matching) da empresa com base na opção de adesão ao programa. O prêmio é resultante da valorização (spread) das "ações virtuais" adquiridas pelo empregado e da contrapartida da empresa, ambos são calculados com base no preço de concessão da ação virtual versus o preço de resgate após o vesting. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do vesting de 3 anos e até o termo no 6º ano.

Phantom: é um programa de Remuneração Variável de Longo Prazo, compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar de acordo com o crescimento da empresa. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de opções de "ações virtuais" condicionado à metodologia expected growth (expectativa de crescimento). O prêmio é resultante da valorização (spread) das opções de "ações virtuais" entre o preço de concessão versus o preço de resgate após o vesting. Caso não exista valorização, não haverá pagamento do prêmio. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do vesting de 3 anos e até o termo no 6º ano.

Retention: é um programa de Remuneração Variável de Longo Prazo, compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar talentos estratégicos que contribuíram na constituição da empresa. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de "ações virtuais" sendo que o prêmio é calculado com base no preço da ação no momento do resgate após o vesting. A duração é de 3 anos a partir da outorga que ocorreu em 2019, sendo que é um aditivo ao programa outorgado em 2014. O resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos.

A implementação destes programas não obriga a FCA a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir aos programas, deverá escolher a opção de investimento, em número de salários, específica para o seu nível hierárquico. O valor investido pelo executivo e a contrapartida efetuada pela Companhia, em percentual conforme a opção de investimento, são convertidos em ações virtuais denominadas de UVVs ("unidades de valor virtual"). A valoração das UVVs se dará a partir do crescimento do plano de negócios do Grupo VLI. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano. Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorreram em nenhuma despesa de administração.

Em 31 de março de 2020, os passivos de incentivos de longo prazo devidos pela Companhia montam a R\$ 1.728 (2019 - R\$ 1.586).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.2 - Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social ("Fundação").

(a) Plano de benefício - FCA

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social ("Valia"), entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados que participam ou venham a participar do plano. O plano oferecido (Valiaprev) têm características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença).

O planos foram elaborados tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da previdência complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o benefício diferido por desligamento ("Vesting"), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem é, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios, são como segue:

- Contribuição ordinária Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição especial Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

(b) Contribuições

Os desembolsos relacionados ao plano de contribuição variável no exercício findo em 31 de março de 2020 totalizaram R\$ 994 (2019 - R\$ 3.699).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia no exercício findo em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reconciliações e premissas atuariais

Reconciliação do valor justo do ativo do plano	31/03/2020	31/12/2019
	0.4.500	
Valor justo do ativo do plano no final do período anterior	34.526	59.730
Atualização monetária acumulada do valor justo (i)	1.451	-
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	71	5.558
Fluxos de caixa – contribuição paga pela empresa	39	2.984
Fluxos de caixa – benefícios pagos pelo plano	(20)	(1.505)
Redimensionamento do valor justo do plano – rendimento de juros	(414)	(32.241)
Valor justo do ativo do plano no final do período	35.653	34.526
Reconciliação do benefício definido	31/03/2020	31/12/2019
	(5.047)	(4.500)
Obrigação de benefício definido no final do período anterior	(5.047)	(4.500)
Atualização monetária acumulada do benefício (i)	(106)	-
Custo do serviço corrente	(2)	(179)
Custo do juros	(6)	(418)
Benefícios pagos pelo plano	20	1.505
Efeito da alteração de premissas financeiras/demográficas	(30)	(2.306)
Efeito da experiência do plano	12	851
Obrigação de benefício definido ao final do período	(5.159)	(5.047)
Asset ceilling	(30.494)	(29.479)
Valor líquido do passivo no final do período		
Reconciliação do valor líquido de passivo	31/03/2020	31/12/2019
Volar líquida da passiva da bapatísia definida na final da paríada antariar		
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do período anterior	(400)	-
Atualização monetária acumulada do vakir líquido do passivo (i)	(106)	- (4.455)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(8)	(1.455)
Resultado obrigação do benefício definido – outros resultados abrangentes	(18)	1.505)
Contribuição patrocinadora / pago pela empresa	20	-
Asset ceilling	(112)	547
Valor líquido do passivo no final do período	<u> </u>	

(i) Os saldos de abertura são atualizados conforme índice inflacionário e taxa de juros correspondente, de forma a acompanhar o ritmo das atualizações das demais contas.

Análise de sensibilidade nas hipóteses	31/03/2020	31/12/2019
1. Taxa nominal de desconto - 1,0% - R\$	5.417,23	5.417,23
Premissa da análise	6%	6%
2. Taxa nominal de desconto +1,0% - R\$	4.537,92	4.537,92
Premissa da análise	8%	8%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fluxos de caixa esperados para o próximo ano em R\$	31/03/2020	31/12/2019
 Contribuição esperada a ser paga pela empresa Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável Previsão de pagamentos de benefícios do plano 	2.984,23	2.984,23
Ano 1	867,56	867,56
Ano 2	789,18	789,18
Ano 3	734,95	734,95
Ano 4	646,03	646,03
Ano 5	615,19	615,19
Próximos 5 anos	2.439,92	2.439,92
Média ponderada das premissas para determinar a		
obrigação de benefício definido	31/03/2020	31/12/2019
Taxa nominal de desconto	6,45%	6,45%
Taxa nominal de crescimento salarial	2,99%	2,99%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,43%	5,43%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,36%	3,36%
Média ponderada de premissas para determinar o	04/00/0000	04/40/0040
custo / (receita) do benefício definido	31/03/2020	31/12/2019
Taxa nominal de desconto	9,31%	9,31%
Taxa nominal de crescimento salarial	4,98%	4,98%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,20%	6,20%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,12%	4,12%
•	AT-2000 Basic -	AT-2000 Basic -
Tábua de mortalidade	Suav. 10%	Suav. 10%
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468
Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	42,6958	42,6958
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		

26 - Instrumentos financeiros

26.1 - Gerenciamento dos riscos financeiros

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado, (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito, operacional e risco de liquidez.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de mercado

(i) Risco de preço e demanda

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos, bem como fatores climáticos relativos aos impactos nas safras.

O aumento dos custos de produção, de transporte e queda do preço das commodities transportadas podem influenciar a competitividade brasileira no mercado mundial. Da mesma forma, a variação nos fatores climáticos podem impactar negativamente o resultado de safras da agroindústria e consequentemente impactando em grande quantidade o volume de demanda dos clientes.

(ii) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía exposições denominadas em moedas estrangeiras oriundos das importações em andamento no montante de R\$ 47 (2019 – R\$ 14.138).

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelas aplicações financeiras (Nota 3), a cessão de recebíveis por fornecedores (Nota 12) e as obrigações com arrendamentos e concessão (Nota 15), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros.

O resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros

Ativos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de março de 2020.

				31/03/2020
	Taxas ao final do			
Indexador	período	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	3,65%	3,29%	2,92%	2,37%

	31/12/2020	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita de aplicações financeiras	1.126	1.013	901	732

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral.

	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa (i)	70.421	111.905
Derivativos	-	69
Contas a receber de terceiros (ii)	102.402	81.401
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	370.336	368.532
Contas a receber da RFFSA (União) (ii)	103.016	101.089
Demais ativos e sinistros a recuperar	23.959	23.934
	670.134	686.930

(i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite máximo consolidado

Classificação de risco para aplicações em Reais	Limite máximo de alocação do caixa por instituição financeira	3. Limite máximo de alocação do caixa por valor de patrimônio líquido da instituição financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- A coluna (1) tem como referências informações das agências de rating S&P, Moody's e Fitch.
- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.
- (ii) O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes terceiros. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão na concessão de crédito, consistindo em análises do perfil dos clientes. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes terceiros com consequente minimização de perdas individuais.

Atualmente o maior cliente individual da Companhia é sua controladora direta VLI Multimodal, que corresponde a 40% da receita bruta.

Em 31 de março de 2020, a Companhia apresentou provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de (R\$ 14.050) (2019 – (R\$ 13.968)).

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e obrigações de arrendamento contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

incidentes nas operações e considerando os vencimentos contratutais, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de março de 2020:

					2024	
	2020	2021	2022	2023	em diante	Total
Arrendamentos e concessão (i)	567.049	781.248	674.536	450.802	1.021.493	3.495.128
(i) Inclui obrigações de pagamento atreladas a Resoluç	ão 4.131 (Not	a 15).				

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e "rating" visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando, os prazos de vencimento.

A Companhia apurou em 31 de março de 2020 capital circulante líquido negativo de R\$ 563.583. A Companhia possui geração de caixa operacional positiva e continua realizando investimentos conforme demonstrado na demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia possui contratos de concessão/arrendamento com término previsto para agosto de 2026. A Companhia opera no contexto do Grupo VLI, que possui outras concessões de ferrovias e portos. O Grupo VLI entende que as suas operações de ferrovias e portos integram um único segmento de negócio e, neste sentido, as captações de recursos são feitas de forma centralizada. Sempre que necessário o Grupo VLI realiza aportes de recursos nas suas empresas controladas, conforme histórico de aportes detalhado na Nota 17.

(d) Risco operacional

A FCA possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

Modalidade	Cobertura	Data de cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade civil geral	All risk	30/06/2020	R\$ 25.000
Riscos operacionais	All risk	30/06/2020	R\$ 300.000
Transporte internacional e importação	All risk	31/07/2020	USD 8.000
Responsabilidade civil do transporte	All risk	31/07/2020	R\$ 20.000 por evento R\$200
ferroviário - RCTF-C			para container
Frota de automóvel	All risk	01/04/2021	R\$ 200
Vida em grupo	Empregados, cônjuges e	01/07/2020	24 x Salário Base
	filhos		
Vida em grupo	Estagiários	01/07/2020	R\$ 13
Riscos ambientais	All risk	30/09/2021	R\$ 50.000
EPL – Práticas trabalhistas indevidas	All risk	30/06/2020	R\$ 10.000
Acidentes pessoais	Trens turísticos	17/12/2020	R\$ 10

(e) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do período é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	31/03/2020	31/12/2019
Total passivo	4.140.037	4.045.636
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(70.421)	(111.905)
	4.069.616	3.933.731
Patrimônio líquido	4.736.267	4.832.761
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	310.000	230.000
Total patrimônio líquido e AFAC	5.046.267	5.062.761
	80,65%	77,70%

26.2 - Derivativos

Em 31 de março de 2020, a Companhia não possui exposição em derivativos futuros (NDF – *non-delivereable forward*) (2019 - R\$ 69). A exposição foi obtida com o objetivo de se proteger das flutuações cambias das importações em andamento da Companhia.

26.3 - Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelos níveis 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

Os instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

		Valor contábil		Valor justo	
Ativo	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	Hierarquia
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	70.421	111.905	70.421	111.905	Nível 2
Contas a receber de terceiros	102.402	81.401	102.402	81.401	Nível 2
Contas a receber de partes relacionadas	370.336	368.532	370.336	368.532	Nível 2
Contas a receber da RFFSA (União)	103.016	101.089	103.016	101.089	Nível 2
Demais ativos e sinistros a recuperar	23.959	23.934	23.959	23.934	Nível 2
	670.134	686.861	670.134	686.861	
Valor justo					
Derivativos	<u> </u>	69	<u> </u>	69	Nível 2
	<u> </u>	69	<u> </u>	69	
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores terceiros	273.362	295.125	273.362	295.125	Nível 2
Contas a pagar	10.360	12.800	10.360	12.800	Nível 2
Fornecedores partes relacionadas	20.991	25.266	20.991	25.266	Nível 2
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	310.000	230.000	310.000	230.000	Nível 2
	614.713	563.191	614.713	563.191	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 - Impactos COVID-19

Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

Inicialmente detectado no continente asiático em dezembro/2019, o agente denominado coronavírus, causador da doença COVID-19, teve seu primeiro foco epidemiológico na China, espalhando-se rapidamente pela região e, posteriormente, por todo o globo, consistente em linhagem de vírus altamente contagioso, com transmissão pelo ar ou contato físico, causador de síndrome infecciosa respiratória. Os quadros clínicos conhecidos até o momento decorrentes da doença podem variar de pacientes assintomáticos até infecções graves que afetam diversos sistemas do corpo humano, especialmente o respiratório.

Considerando a disseminação global do vírus, em março/2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a existência de pandemia em virtude da COVID-19.

No Brasil os primeiros casos foram oficialmente detectados em fevereiro/2020, evoluindo vertiginosamente deste então, tendo o congresso nacional através do Decreto Legislativo nº 6 de 2020, reconhecido o estado de calamidade pública em todo território nacional.

Como medida de combate à expansão acelerada da doença e proteção aos sistemas de saúde públicos e privados, governos estaduais e municipais aplicaram medidas de promoção ao isolamento social e restrição à circulação de pessoas, voltadas principalmente à fechamento total ou parcial de diversos setores da economia.

Tal cenário provou reflexos socioeconômicos ainda não completamente delimitados, porém, já traduzidos na redução drástica da atividade econômica dos grandes centros urbanos e do consumo em geral vivenciados nos meses de março e abril de 2020, com consequente redução de postos de trabalho e queda na arrecadação de tributos aos diversos entes federativos.

O Governo Federal, através de Decreto Presidencial, determinou as atividades consideradas essenciais a serem executadas durante a pandemia pela COVID-19. Entre elas, estão o atendimento serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral. Desta forma, a Companhia permanece operando normalmente, exceto pela implementação de novos protocolos de segurança e trabalho. Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem-estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente suas operações.

A Companhia informa que até a data de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, não foram identificados impactos ou efeitos relevantes às suas operações vinculados à pandemia causada pela COVID-19, sobretudo em virtude da continuidade das atividades do Grupo VLI e dos seus clientes, principalmente no segmento agrícola, grãos, açúcar e celulose.

A despeito da expectativa de queda no crescimento e de recessão em alguns segmentos empresarias, resultante da suspensão de certos negócios e atividades, a Companhia, tendo como uma de suas principais atividades o transporte de alimentos, combustíveis e outros produtos essenciais para o Brasil e para outros países do mundo, tem tido sucesso em manter suas operações e fluxos financeiros estáveis ao longo da crise. A segmentação da Companhia e seu portfólio de produtos logísticos com grande exposição às exportações de grãos, aliado à recente valorização do dólar, também foram responsáveis por amenizar os efeitos da crise recente.

No contexto supracitado, a Companhia também avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos da COVID-19, conforme segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Perdas de crédito esperadas

As safras de grãos recordes apuradas em 2020, bem como a vigorosa valorização do dólar frente ao real, são fatores que não indicam incremento relevante na avaliação de risco de crédito dos nossos principais clientes. Ademais, a retomada dos mercados asiático e europeu no cenário pós-COVID-19, grandes consumidores de commodities agrícolas, é um fator responsável por manter expectativas favoráveis pertinentes ao crescimento das operações de exportações.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – impairment

A Companhia está monitorando os eventos decorrentes do COVID 19, de forma a avaliar a necessidade de realizar novas análises de recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis no próximo período de reporte. As análises realizadas até a data de aprovação desta demonstração intermediaria não indicaram a necessidade de registro de provisão para impairment de ativos não financeiros (imobilizado e intangível).

(iii) Recuperação dos tributos diferidos ativos

As operações da Companhia permanecem estáveis, em função da sua segmentação de negócio, safra recorde de grãos e valorização do dólar frente ao real. Ademais, não se vislumbram impactos duradouros decorrentes da COVID-19 nos exercícios futuros capazes de impactar os negócios da Companhia. Neste sentido, mantidas as perspectivas de receita, não há impactos relevantes na capacidade de se realizar os tributos diferidos no curto e longo prazo.

(iv) Liquidez

O Grupo VLI analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais do Grupo, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas do Grupo. Por último, cabe ressaltar quer o Grupo VLI possui acionistas com solidez financeira suficiente para prover suporte financeiro em caso de necessidade.

A Companhia opera no contexto do Grupo VLI, que possui concessões de ferrovias e portos. O Grupo VLI entende que as suas operações de ferrovias e portos integram um único segmento de negócio e, neste sentido, as captações de recursos são feitas de forma centralizada. Sempre que necessário o Grupo VLI realiza aportes de recursos nas suas empresas controladas.

O Grupo VLI apresenta atualmente uma situação financeira sólida com bons índices de liquidez e acredita que o capital de giro é suficiente para sua operação. No entanto, uma expectativa de impactos econômicos causados pela redução das atividades empresariais decorrentes das restrições impostas durante a pandemia do COVID-19, podendo vir gerar efeitos subsequentes nas operações, o que não se confirma até a data desta publicação.

A Administração vem monitorando a liquidez financeira do Grupo VLI e das situações especificas de cada uma das empresas do Grupo VLI (VLI, VLI Multimodal, FCA, FNS, Ultrafértil), com ações de antecipações de captação de recursos e a perspectiva de retenção de caixa usando o auxílio de medidas do governo federal e demais instituições setoriais. O Grupo VLI aderiu ao programa de suspensão de pagamentos promovido pelo BNDES, sendo projetada economia em razão desta medida de aproximadamente R\$150 milhões somente no exercício 2020, e tomando ações necessárias em nossas operações como a redução de custos e postergação de investimentos com o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consideração final

A Administração, ciente do seu papel social, está redobrando esforços e cuidados visando a manutenção das operações logísticas indispensáveis à nossa sociedade, sem prejuízo do cumprimento das instruções de segurança sanitárias divulgadas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde.

A Administração permanece também focada na proteção incondicional da saúde de seus colaboradores e prestadores de serviço, executando medidas para promoção do isolamento social, digitalização dos processos, redução máxima do contato físico e incremento dos procedimentos de higienização pessoal e dos locais de trabalho.

A Administração segue atenta à evolução da pandemia nos cenários doméstico e internacional com intuito de avaliar potenciais impactos futuros.

28 - Eventos subsequentes

(a) Ofício-circular ANTT - 482/2020

No dia 06 de Abril de 2020 a Agência Nacional dos Transportes Terrestres-ANTT, orientou, através do ofício-circular N° 482/2020/CECAF/GECOF/SUFER/DIR-ANTT, que caberá às concessionárias manifestarem interesse formal em dar andamento à extinção do contrato de arrendamento de bens vinculados ao contrato de concessão de cada Concessionária ("Contrato de Arrendamento").

Caso a concessionária não possua interesse atualmente, deverá manifestar a sua posição na resposta ao referido ofício, sem que haja futuramente qualquer impedimento de posicionar interesse na extinção do Contrato de Arrendamento, bastando, para isso, que faça solicitação específica a qualquer tempo.

A fim de que seja iniciado o trâmite para a efetiva extinção do Contrato de Arrendamento, será necessária manifestação em relação aos seguintes itens:

- Apresentação da relação atualizada dos bens móveis (vagões, locomotivas e equipamentos diversos), independentemente do seu estado de conservação, pois todos estes bens compõem o cálculo da capacidade, que transfere os bens móveis às Concessionárias Ferroviárias, delimitando futura e eventual reversão à efetiva capacidade nominal de carga e de tração entregues; e
- Apresentação da relação atualizada dos bens imóveis (terrenos, edificações e via permanente) que lhe tenham sido arrendados, em planilha editável, a fim de que esta Agência Reguladora estabeleça os procedimentos administrativos relacionados aos bens imóveis necessários à celebração do Termo de Cessão de Uso entre a Concessionária e o DNIT (proprietário dos bens).

De acordo com o Artigo 2º do Decreto nº 10.161/dez/2019, a extinção do Contrato de Arrendamento será formalizada por meio do termo de aditivo e disporá sobre o tratamento de eventuais indenizações relacionadas aos bens arrendados apuradas previamente no processo de extinção, cujos valores poderão ser convertidos em investimentos, a critério da União. Os bens imóveis serão transferidos de forma não onerosa.

As obrigações financeiras pagas e a pagar do Contrato de Arrendamento extintos serão preservadas, de acordo com o artigo 5º do decreto 10.161/2019.

A adesão ao Ofício supracitado constitui-se por uma faculdade de opção exclusiva da FCA e implicará na transferência dos ativos de arrendamento, em seu estado atual, à FCA. Sendo que:

- Bens móveis produto da quantidade e capacidade (tonelada transportada de vagão e potência tracionada de locomotivas) ao final da Concessão, a FCA deverá retornar essa mesma capacidade de bens para União.
- Bens imóveis serão excluídos do Contrato de Arrendamento e será firmado um contrato de Direito de Cessão de Uso diretamente com o DNIT.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração ainda concluirá as análises internas e se manifestará quanto a adesão ou não da faculdade disposta no Ofício.

(b) Aporte de adiantamento para aumento de capital

Em abril de 2020, adiantamento para futuro aumento de capital no montante R\$ 60.000 foi concedido pela VLI Multimodal S.A. à Companhia. Este adiantamento foi concedido em caráter irrevogável e sem vencimento específico e será capitalizado à medida em que o forem aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS Períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES

Conselho de Administração

Rodrigo Saba Ruggiero **Presidente**

Agnaldo Francisco da Silva Fabrício Rezende de Oliveira Gustavo Serrão Chaves Rute Melo Araujo Galhardo Conselheiros

Daniel Pimentel Custódio Novo Valter Alcebiades da Silva Milton Nassau Ribeiro Pedro de Campos Azevedo Angelo Henrique Rodrigues Stradioto **Suplentes**

Diretoria

Gustavo Serrão Chaves Diretor-Presidente

Marcus Vinícius de Faria Penteado

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Silvana Alcântara Oliveira de Souza Diretora de Comunicação, Relações Institucionais e Regulatório

Rodrigo Saba Ruggiero **Diretor de Operações**

Fabiano Bodanezi Lorenzi **Diretor Comercial**

Márcia Mara Chaves de Resende

Gerente de Contabilidade - CRC-MG 078483/O-8